

## **Gestão social e empreendedorismo: a importância do poder público no desenvolvimento e na estruturação da economia solidária**

*Social Management and entrepreneurship: the importance of public authorities in the development and structuring of the solidarity economy*

Gardênia Tereza Jardim PEREIRA<sup>1</sup>  
Jéssica Cunha DIAS<sup>2</sup>  
Nirlânia Brito AMORIM<sup>3</sup>

### **Resumo**

Diante do cenário econômico hodierno, o cooperativismo é uma alternativa considerável para a geração de emprego, renda e desenvolvimento, visto as dificuldades encontradas no que concerne a outras formas de trabalho, consistindo assim em uma maneira favorável ao aumento da qualidade de vida, portanto, é de interesse que a gestão pública se atente a essa nova temática. Em virtude disso, o presente artigo tem a proposta de apresentar o modo pela qual o poder público pode auxiliar nas ações de economia solidária na cidade de Vitória da Conquista – BA. Logo, realizou-se um estudo buscando compreender a realidade da cooperativa de artesanatos FRIBOART com o intuito de visualizar a relação entre essa entidade coletiva e as autoridades mencionadas.

**Palavras-Chave:** Poder Público. Economia Solidária. Cooperativismo. Desenvolvimento Econômico.

### **Abstract**

Before the economic scenario today, the cooperativism is a major option for the generation of employment, income and development, since the difficulties encountered with regard to other forms of work, consisting in a manner favorable to increase the quality of life, therefore, it is of interest that the public management attention to this new theme. As a result, the present article has the proposal to present the way in which public authorities can assist in actions of solidarity economy in the city of Vitoria da Conquista, Bahia. As soon as it was carried out a study in order to understand the reality

---

<sup>1</sup> Mestre em Cultura e Turismo Pela Universidade Estadual de Santa Cruz – UESC. E-mail: gardeniajardim.ftc@gmail.com

<sup>2</sup> Graduanda em Administração pela Faculdade de Tecnologia e Ciências – FTC/Vitória da Conquista – BA. E-mail: adm.jessicacdias@yahoo.com.br

<sup>3</sup> Mestranda em Bioenergia pela Faculdade de Tecnologia e Ciências – FTC/Salvador – BA. E-mail: nil.brito@yahoo.com.br

of the cooperative of handicrafts FRIBOART with the purpose of viewing the relationship between this collective entity and the authorities.

**Key-Words:** Public Power. Solidarity Economy. Cooperativism. Economic Development.

## Introdução

O trabalho sempre esteve presente na vida do homem, desde as antigas civilizações. As atividades que hoje são consideradas formas de labor, nos acompanham no percurso dos séculos em conjunto com a evolução tecnológica, que hoje, se torna fator não só de retorno financeiro para quem pratica tal atividade, mas de relações sociais e satisfação pessoal, neste último caso, quando se trata de uma atividade desenvolvida em busca de realização das vontades intrínsecas.

No Brasil, o desenvolvimento trabalhista passa por várias fases, a mais importante dentre elas é a revolução industrial que começa a ditar formas de trabalho a serem desenvolvidas, produção em massa, máquinas, células de produção, etc. Toda quebra de paradigma ou forma já existente de alguma atividade gera certo desconforto a quem faz parte do sistema, e no Brasil não foi diferente, crises no setor, exploração da mão de obra, crise financeira, fragilizaram e ainda fragilizam o modelo tradicional.

Em consequência desses fatores, surgiram novas formas de organização do trabalho e a percepção de que a combinação entre essas forças e a união de pessoas em detrimento de um objetivo comum, tem proporcionado avanços importantes no âmbito da Economia Solidária. Nesse contexto, começam a surgir as experiências coletivas, cooperativas, associações, clubes de troca, empresas autogestionárias, redes de cooperação, entre outras. Essas novas transformações evidenciam a emergência de um ator social pouco lembrado, os pequenos empreendedores que estão se tornando fatia significativa na economia local e chegando ao âmbito mundial.

Em face do fortalecimento da Economia Solidária no país, vários municípios vêm recebendo apoio para o desenvolvimento dessas cooperativas. Na cidade de Vitória da Conquista não é diferente, pois essa dispõe de uma Coordenação Municipal de Economia Solidária por meio da Secretaria Municipal de Trabalho, Renda e Desenvolvimento Econômico – SEMTRE, que visa apoiar a organização de

empreendimentos coletivos do segmento e proporcionar oportunidades de comercialização dos produtos de tais grupos. Além disso, atua na difusão do artesanato local e promove a formação e qualificação de novas pessoas interessadas em fazer parte desse movimento.

Nesse contexto, há também o setor gerencial que coordena as ações que promovem e fortalecem a Economia Solidária, colaborando para o desenvolvimento das funções do coordenador e apoiando a realização de eventos do segmento. O setor incentiva a constituição de cadeias produtivas, apoiando a organização, legalização, o registro de empreendimentos e a criação e comercialização de novos produtos e serviços. Ainda propõe ações para a solidificação desses grupos e apoia o cooperativismo popular e solidário.

Em relação aos eventos, destacam-se as Feiras de Economia Solidária que vêm se consolidando como um dos principais momentos de comercialização dos grupos de artesanatos locais e que são oportunidades para os artesãos venderem seus produtos em diversos espaços públicos do município, inclusive em eventos comemorativos como o Natal da Cidade e o São João. Há também o Projeto Escola de Artesanato que tem como objetivo difundir o artesanato para a população em geral e criar mais uma oportunidade de trabalho e renda, além de disseminar na comunidade os princípios da Economia Solidária, como cooperação, solidariedade e democracia. A iniciativa oferece uma oportunidade para as pessoas que desejam melhorar a condição de vida de suas famílias, pois possibilita a ampliação da renda por meio da comercialização dos produtos fabricados durante e posteriormente ao curso.

De tal modo, esse artigo consiste em esclarecer a forma pela qual o poder público tem contribuído para o desenvolvimento de atividades da economia solidária no município de Vitória da Conquista – BA.

## **Considerações sobre a gestão pública e controle social**

A atual gestão pública brasileira é consequência de uma transição dos modelos teóricos de administração do passado, são eles: Patrimonialista, Burocrático e Gerencial. Essa tem na sua base características e especificidades combinadas ou não de cada um desses arquétipos, entretanto, no contexto sociopolítico contemporâneo compreende-se

até certos limites dentro da conjuntura social que, a administração pública incorre em um leque de informações baseadas muitas vezes nesses padrões e se desdobra em alguns patamares quando se há ou não mecanismos adequados dentro do Estado, que por sua vez “é constituído de três elementos originários e indissociáveis: Povo, território e governo Soberano” (MEIRELLES, 2002, p. 59).

Nessa totalidade a sociedade pode fazer-se mais ativa e participativa diante a gestão pública por meio do controle governamental e do controle social (PAIVA, 2004) e assim garantir o cumprimento das leis a seu favor e efetivar seus deveres.

De tal modo, a lei de acesso à informação expande a participação cidadã e disponibiliza mais um instrumento de controle dos atos do governo, quando a partir deste, dados referentes são compartilhados e imediatamente acessíveis, mesmo que, somente uma mínima parcela da população as compreenda e as acompanhe de fato. Simultaneamente, para Braga (2011, p. 53), o controle social tem:

- 1) **Função Política:** que se expressa pela participação de segmentos da sociedade civil em processos decisórios, de promoção da transparência e do acompanhamento da gestão pública;
- 2) **Função Jurídica:** que se faz presente ao funcionar como elemento de defesa dos interesses individuais e coletivos e dos aspectos de legalidade da gestão pública, conforme previsto no ordenamento jurídico e na legislação vigente;
- 3) **Função Social:** assegurar ou ampliar os direitos sociais aos cidadãos ou àquelas comunidades, antes excluídas desses direitos. Manifesta-se quando estimulam-se os cidadãos ao aprendizado da cidadania e a serem sujeitos ativos.

Em seguida, com vistas aos obstáculos a essa participação, pode-se observar primeiramente que uma grande parcela dos cidadãos encontra-se limitados por barreiras impostas pela própria sociedade e pelo Estado. Não há estímulos e conhecimento suficiente para adentrar numa realidade que apresenta tantas lacunas, assim como deve-se considerar também que não existe mais uma relação de confiança entre quem administra e quem é administrado, pelo contrário, há o que exerce o comando e o que é comandado. Segue-se, muitas vezes, uma sucessão de falhas que advém dos primórdios dos modelos teóricos.

Observa-se assim que, deve-se promover uma maior disseminação das informações que viabilizem o conhecimento de forma massiva, para que haja uma perspectiva crítica, reflexiva e ativa sobre tal tema. É preciso primeiramente suscitar a

integração da sociedade na gestão pública e nos temas políticos e incitá-la a participar ativamente de forma que cada um possa desempenhar o seu papel nos assuntos relativos, visto que o dinheiro público advém do recolhimento de tributos e outros tipos de arrecadação junto aos contribuintes.

Participar de assuntos desse âmbito incorre, de certo modo, decidir sobre o futuro do país e do uso de seus recursos, e por consequência propiciar ou não o bem estar coletivo. Essas ações igualam os cidadãos em relação aos seus direitos e os fazem ativos diante da soberania popular e do controle social. A participação faz-se então um instrumento e princípio de acompanhamento do Estado.

## **O surgimento dos grupos de economia solidária**

Como visto no tópico anterior, a gestão pública atual é consequência de adaptações feitas ao longo do tempo para facilitar o controle e a administração dos órgãos pertinentes ao Estado, e conseqüentemente, beneficiar os que desses serviços usufruem. No intuito de correlacionar a Economia Solidária ao previamente exposto, onde inclusive transcorre sua essência, subtende-se primeiramente um conhecimento acerca dessa temática, assim então, aponta-se aqui de forma introdutória que, para Benini *et. al.* (2009, p. 77):

Partindo dos princípios – a Economia Solidária – que suscitaram junto com a primeira cooperativa e, entre eles, destacando principalmente o da gestão democrática, parte da dimensão de lutas dos trabalhadores (...) e/ou outras formas de manifestações reivindicatórias e de associativismo (...) que buscam soluções mitigadoras para problemas estruturais como o desemprego e a exclusão social.

Outro ponto de grande relevância a ser destacado, salientando os dizeres de Azambuja (2009, p. 286) frisa e faz alusão à citação de Benini *et. al.* (2009, p. 77), anteriormente citado, como se segue:

[...] a partir da década de 1970, a crise do modelo fordista-taylorista de produção e o desmanche dos mecanismos de proteção social (Previdência e serviços públicos) promovido pelo avanço das políticas neoliberais, produziram prejuízos às condições de vida dos trabalhadores e de setores mais pobres da população. Tais prejuízos fizeram com que estes últimos organizassem uma série de iniciativas

econômicas para geração alternativa de trabalho e renda, tais como: cooperativas, empresas autogeridas, sistemas de trocas não monetárias, bancos populares, entre outras.

Corroborando com esse pensamento, pode-se salientar que uma das finalidades da gestão pública é facilitar a interação entre o governo e os seus governados – sociedade civil, inclusive por meios digitais e tecnológicos, em prol da soberania popular. Desse modo, haveria de fato a efetivação da democracia, associada inclusive à adesão dos recursos tecnológicos, uma vez que a informatização se transformou num facilitador quando pretende-se reduzir processos burocráticos e promover o inter-relacionamento entre as partes interessadas num objetivo comum, já que o mundo caminha para tendências cada vez mais tecnológicas e globalizadas.

Em contrapartida, a percepção que se tem do governo, mesmo nos dias atuais, quando apontam a participação do cidadão no processo decisório como fundamental, comumente estão contrapostas e distorcidas, pois as dificuldades de combate à corrupção, de controle social e inclusão digital, como exemplos vivenciados pela sociedade civil, retomam ao modelo Patrimonialista de administração.

De fato, não há ainda um inter-relacionamento direto entre os gestores do processo e demais envolvidos, inclusive pela descentralização das decisões e funções do Estado, característica do modelo Gerencial de administração, ao mesmo tempo em que se visualiza uma separação das classes sociais qualificadas por meio dessa problemática. Percebe-se então limitações em relação ao acesso e conhecimento tecnológico em diferentes níveis dentro do contexto e da cadeia educacional como uma das carências populacionais, seguidas por limitações sociocognitivas e precariedade nas relações de trabalho.

Em resposta a esse paradigma, “deve-se entender a economia solidária como sendo mais uma estratégia de luta do movimento popular e operário contra o desemprego, distribuição de renda e a exclusão social”. (MITTMANN *et. al.* 2013, p. 4).

Essa, por sua vez, pode ser definida em dimensões econômicas, culturais e políticas, como se segue, segundo o Fórum Brasileiro de Economia Solidária:

**Economicamente**, é um jeito de fazer a atividade econômica de produção, oferta de serviços, comercialização, finanças ou consumo

baseado na democracia e na cooperação, o que chamamos de autogestão: ou seja, na Economia Solidária não existe patrão nem empregados, pois todos os/as integrantes do empreendimento (associação, cooperativa ou grupo) são ao mesmo tempo trabalhadores e donos.

**Culturalmente**, é também um jeito de estar no mundo e de consumir (em casa, em eventos ou no trabalho) produtos locais, saudáveis, da Economia Solidária, que não afetem o meio-ambiente, que não tenham transgênicos e nem beneficiem grandes empresas. Neste aspecto, também simbólico e de valores, estamos falando de mudar o paradigma da competição para o da cooperação de da inteligência coletiva, livre e partilhada.

**Politicamente**, é um movimento social, que luta pela mudança da sociedade, por uma forma diferente de desenvolvimento, que não seja baseado nas grandes empresas nem nos latifúndios com seus proprietários e acionistas, mas sim um desenvolvimento para as pessoas e construída pela população a partir dos valores da solidariedade, da democracia, da cooperação, da preservação ambiental e dos direitos humanos.

Em consequência de uma nova cultura no país, por meio do modo Gerencial de administração, voltado à eficiência e eficácia dos resultados e ao atendimento das demandas da população, criou-se mecanismos de exercício do controle social que correspondem aos instrumentos do planejamento das políticas públicas do Estado definidos na Constituição Federal, são eles: PPA – Plano Plurianual, LDO – Lei de Diretrizes Orçamentárias e a LOA – Lei Orçamentária Anual. De acordo com a cartilha Olho Vivo no dinheiro público, da Controladoria-Geral da União – CGU (2010, p. 18) esclarece-se que:

A partir desse referencial normativo, o PPA faz um planejamento das políticas públicas e programas de governo para o período de 4 anos (quadriênio). A LDO orienta ano a ano como essas políticas e programas devem ser realizados e a LOA aloca os recursos necessários anualmente para a concretização das metas estabelecidas. Portanto, a LDO e a LOA são elaboradas a cada ano, vinculadas ao PPA, cuja elaboração é quadrienal.

Entretanto, aborda-se ainda a necessidade da inclusão digital e social para a efetivação do exercício da cidadania, inclusive para controle dos recursos públicos, onde poderia haver redução de custos, de barreiras cognitivas, sociais e físicas para os

que desse se beneficiassem, além da ampla apresentação e discussão sobre a Economia Solidária como uma das molas propulsoras do desenvolvimento econômico.

## **FRIBOART e a atuação da mulher no cenário econômico**

A Economia Solidária surgiu em Vitória da Conquista entre as décadas de 80 e 90 em decorrência de movimentos sociais, como o de trabalhadores sem terra. Desde então, acredita-se que o projeto vem ganhando força e se expandindo no município, tendo como propósito também, por meio dos governantes, diminuir as desigualdades sociais e a exclusão.

Segundo Bruschini; Lombardi e Unbehaum (2006), em 1997 o governo municipal começou a fomentar algumas entidades de Economia Solidária. Surgiram a Associação de Artesanato Conquistense – AAC, a Associação de Economia Popular Solidária – AEPS e a Associação de Artesãos Minerais e Lapidários de Vitória da Conquista – LAPART.

No decorrer dos tempos e com as mudanças constantes que sucederam no cenário econômico, pôde-se perceber que a mulher avançou do estágio de apenas dona de casa e vem ganhando um espaço cada vez maior no mercado de trabalho, quando vários fatores impulsionaram esta evolução.

Ferraz e Cavedon (2008) *apud* Lipovet Sky (1994) dizem que o processo industrial levou a mulher a se questionar quanto ao seu papel na sociedade, visto que até então se encarregava somente dos afazeres domésticos.

Tendo em vista a oferta de mão de obra e a incapacidade de absorção de toda essa massa pelo mercado, a mulher vem buscando meios informais para conseguir seu espaço na sociedade e isso vem se fortalecendo também por meio da Economia Solidária. Dentro deste contexto, a FRIBOART surgiu da ideia empreendedora de uma mulher moradora da cidade de Vitória da Conquista do estado da Bahia. Uma das principais atividades realizadas por esse grupo cooperativo composto por 17 mulheres é a *Frivolité*, uma espécie de renda muito delicada e sofisticada de origem europeia, feita com fios e tecidos diversos, entre outros tipos de artesanato.



Assim como em outras cidades do Brasil, Vitória da Conquista conta com diversas cooperativas e o fator norteador dentro dessa conjuntura é a democracia e coletividade dentro de um princípio de igualdade para todos os seus integrantes.

Para Bruschini; Lombardi e Unbehaum (2006), a inserção da mulher no mercado de trabalho é caracterizada por progressos e atrasos, pois, se de um lado a mulher conquistou novos espaços, por outro ela ainda é responsável pelos cuidados domésticos, perpetuando o modelo familiar tradicional e sobrecarregando seus afazeres cotidianos.

Diante o exposto, deve-se salientar que a classe feminina está cada vez mais presente no mercado de trabalho, seja ele de qual ramo for e inclusive por meio do mercado informal. A conquista pelo seu espaço na sociedade encorajou as mulheres a buscar sua independência financeira, a contribuir para o sustento da família e para sua realização pessoal, nesse caso, especificamente, por meio da FRIBOART.

## **O cooperativismo como uma fonte de renda**

Uma tendência crescente está experimentando novos arranjos colaborativos de produção no intuito de se conseguir um desenvolvimento mais homogêneo, autossustentável e que gere um espaço sócio participativo e promova a integração da sociedade fortalecendo a economia, sobretudo, à economia regional.

Uma das molas propulsoras que pode estimular os trabalhadores em situação vulnerável a terem a oportunidade de expandir o seu negócio além das margens em que se situam é o modelo de gestão por cooperativa, arquétipo que pode ser considerado como uma das alternativas para se incorporar novos trabalhadores na força produtiva.

As cooperativas podem ser definidas como:

Uma associação autônoma de pessoas que se unem, voluntariamente, para satisfazer aspirações e necessidades econômicas, sociais e culturais comuns a seus integrantes e constitui-se numa empresa de propriedade coletiva, a ser democraticamente gerida. (AVELAR, *et al. apud* SESCOOP/DF, 2004, p.08 *apud* Revista Gestão Cooperativa).

Tão expressivo quanto o estímulo a esse modelo de gestão por cooperativas é a intervenção de uma política voltada para um melhor funcionamento do mercado de

trabalho, aberta ao diálogo social e a garantia dos direitos fundamentais do trabalhador em contrapartida ao fruto do seu labor.

Apesar de muitas vezes as pessoas perceberem o trabalho colaborativo como sendo uma reação à recessão, na verdade, o cooperativismo vem crescendo em todo mundo, mesmo em lugares em que a economia é estável. Ocorre que essa questão de inclusão econômica, social e de melhoria da distribuição da renda, num primeiro momento, pode parecer uma tendência de algumas pessoas, que talvez estejam acostumadas às novas redefinições das relações de trabalho, todavia, o envolvimento na rede de trabalho descomplicado oferecidas pelas cooperativas abrange um imenso espectro de grupos comunitários. O Brasil é um berço perfeito para o trabalho solidário e colaborativo devido a uma série de inovações que ocorrem nos cenários socioeconômicos, no entanto, inúmeros são os desafios fundamentais que requerem novos pensamentos, como os da economia solidária, do cooperativismo popular, entre outros.

## **Método de investigação**

Inicialmente, quanto ao tipo de pesquisa, tratou-se aqui de um estudo exploratório/descritivo.

“Define-se pesquisa exploratória, na qualidade de parte integrante da pesquisa principal, como o estudo preliminar realizado com a finalidade de melhor adequar o instrumento de medida a realidade do que se pretende conhecer” (PIOVESAN; TEMPORINI, 1995, p. 321). Quanto ao ponto de vista dos seus objetivos, tratou-se nessa ocasião de uma pesquisa descritiva. “Aqui, busca-se identificar as variáveis envolvidas nas causas do fenômeno estudado, mas sem que os pesquisadores interfiram diretamente [...]” (SANTOS, 2010, p. 70). Utilizou-se também a pesquisa bibliográfica para fundamentação teórica, já que esta “[...] procede-se a solicitação de informações a um grupo significativo de pessoas acerca do problema estudado [...]” (GIL, 2007, p. 50) e estudo de campo para coleta de dados onde, novamente, segundo Gil (2007, p. 53): “[...] estuda-se um único grupo ou comunidade em termos de sua estrutura social, ou seja, ressaltando a interação entre seus componentes”.

“Face à necessidade de conhecer melhor o tema, adotou-se uma estratégia de pesquisa quantitativa, adequada para mensurar um fenômeno pouco conhecido, pois permite posteriores inferências e análises de cunho qualitativo” (PROVINCIALI, 2008, p. 22).

No que se refere a população aponta-se o grupo cooperativo FRIBOART. De acordo com Varão; Batista e Martinho (2006, p. 3), a população consiste em um “conjunto de sujeitos que partilham ou apresentam características comuns de uma determinada área”. Com relação às especificidades dos sujeitos do grupo citado, a coleta de dados se deu por meio de 10 associadas da cooperativa. Tal escolha se faz justificada pela amostragem por conveniência que “são os métodos em que os casos escolhidos são os que o investigador tem a sua disposição” (VARÃO; BATISTA; MARTINHO, 2006, p. 25). No processo de coleta de dados utilizou-se de questionários fechados. Segundo Gil (2007, p. 116): “A elaboração de um questionário consiste basicamente em traduzir os objetivos específicos da pesquisa em itens bem redigidos”. Posteriormente, para a análise, os questionários foram tabulados utilizando o *software* Windows Excel.

## **Resultados**

Primeiramente, faz-se necessário esclarecer que um dos objetivos da pesquisa exposta foi promover a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão exigida pela Lei de Diretrizes e Bases – LDB, 1996. O delineamento da pesquisa ocorreu em decorrência do projeto de extensão realizado por discentes do VI semestre do curso de Administração de uma Faculdade privada de Vitória da Conquista – BA por meio da disciplina curricular Teoria e Gerenciamento de empreendimentos Públicos – TGEP.

O projeto ao qual alude-se aqui foi intitulado I Dialogando com a Sociedade que foi realizado no dia 06/12/2014 na Praça 9 de Novembro das 09h às 12h. A comunidade discente levou serviços à comunidade no intuito de esclarecer pontos importantes sobre gestão social, economia solidária e cooperativismo. Os recursos utilizados para intervenção foram desde audiovisuais a cartilhas impressas. Em oportunidade o grupo FRIBOART (exemplo de cooperativa consolidada) ao passo que era também beneficiado pelos serviços oferecidos, foi investigado pelos discentes a fim de entenderem com mais propriedade o trabalho da cooperativa, identificar pontos fortes e

pontos fracos e assim sugerir intervenções que pudessem contribuir para melhor efetividade no trabalho dos cooperados.

Já a análise dos resultados obtidos por meio da aplicação dos questionários permitem inferir que, para as mulheres do grupo cooperativo o grau de participação do Poder Público nos projetos de Economia Solidária são avaliados como Bom por 80% e Médio para 20% destas, em contrapartida, a satisfação com relação aos incentivos Públicos para tais projetos são avaliados em sua maioria, 90%, como Médio e para 10%, como Bom, ao passo em que para 100% das respondentes a Economia Solidária agrega valores positivos em suas vidas, quando essa forma de produção se findou também como fator primordial para o desenvolvimento econômico do município.

Cabe salientar que as maiores dificuldades enfrentadas no desenvolvimento de tal empreendimento refere-se a falta de locais apropriados para a exposição dos produtos. Entretanto, reconhece-se que existem Políticas Públicas de incentivo e capacitação para novos empreendedores em Economia Solidária na cidade. Paralelamente, atribui-se uma nota positiva aos gestores do processo por parte da cooperativa estudada, porém, deve-se frisar que há dificuldades quanto a um inter-relacionamento direto entre as partes envolvidas.

## **Considerações finais**

Perante o que foi exposto, sinaliza-se que na Economia Solidária podem surgir caminhos possíveis para a apresentação de novos programas de cunho social, a partir de recursos disponíveis e com um conjunto de práticas baseadas na dependência recíproca e na cooperação, fundando-se nos princípios do desenvolvimento sustentável. Contudo, para constituir um programa que abranja sucesso e se consolide com a estratégia de desenvolvimento local, que é o instrumento popular, também com o intuito de gerar emprego e renda para a população, é necessário disponibilidade dos recursos necessários e o auxílio da Gestão Pública, que muitas vezes torna-se falha em função dos excessos burocráticos. O Poder Público deve-se atentar a questões desse âmbito, e principalmente nos processos que facilitem, promovam e impulsionem essa classe empreendedora, haja vista os ganhos no desenvolvimento social e aumento da produtividade, que propicia combustível a economia local como um todo.

Políticas voltadas ao desenvolvimento sustentável, às associações e cooperativas, contribuiriam para a ampliação e manutenção desses e de outros grupos existentes, fornecendo os subsídios para que programas similares se solidifiquem. De tal forma, os cidadãos integrados a esse meio ganhariam respaldo e importâncias maiores no cenário atual. Assim, vale frisar que é de suma importância o apoio das autoridades públicas às sociedades de Economia Solidária quando se visa o benefício coletivo, parcerias e a conquista de novos mercados.

## Referências

AVELAR, *et. al.* *apud* Sescoop/DF, 2004, p.08 *apud* Revista Gestão Cooperativa.

AZAMBUJA, Lucas Rodrigues. **Os Valores da Economia Solidária**. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/soc/n21/12.pdf>>. Acesso em: 17 Out. 2014.

BENINI, Elcio Gustavo *et al.* **Cooperativismo e Autogestão: Reflexões sobre a economia solidária**. Disponível em: <[www.spell.org.br/documentos/download/2560](http://www.spell.org.br/documentos/download/2560)>. Acesso em: 17 Out. 2014.

BRAGA, Marcus Vinicius de Azevedo. **O Controle Social da Educação Básica Pública: A atuação dos conselheiros do Fundeb**. Disponível em: <[https://bvc.cgu.gov.br/bitstream/123456789/3677/3/controle\\_social\\_educacao\\_basica.pdf](https://bvc.cgu.gov.br/bitstream/123456789/3677/3/controle_social_educacao_basica.pdf)>. Acesso em: 01 Nov. 2014.

BRASIL. Controladoria-Geral da União. **Controle Social: Orientações aos cidadãos para participação na gestão pública e exercício do controle social**. Coleção Olho Vivo. 2. ed. Brasília, 2010.

BRUSCHINI, Cristina; LOMBARDI, Maria Rosa; UNBEHAUM, Sandra. **Trabalho, renda e políticos sociais: avanços e desafios**. O progresso das mulheres no Brasil. Brasília: Unifem, 2006.

FERRAZ, D. L. da S.; CAVEDON, N. R.. **Vida profissional e afetiva das mulheres no século XXI: o caso das permissionárias do Viaduto Otávio Rocha em Porto Alegre**. REAd - Revista eletrônica de administração, Porto Alegre, v. 41, n. 10, 2008.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

MEIRELLES, Hely Lopes. **Direito Administrativo Brasileiro**. 27. ed. São Paulo: Malheiros, 2002.

MITTMANN, Andressa Cristina *et al.* **Empreendimentos de Economia Solidária e Suas Principais Características Socioculturais**. Disponível em: <[http://coral.ufsm.br/seminarioeconomia/anais/wp-content/uploads/2013/08/2\\_EMPREENDIMENTOS-DE-ECONOMIA-SOLID%C3%81RIA-E-](http://coral.ufsm.br/seminarioeconomia/anais/wp-content/uploads/2013/08/2_EMPREENDIMENTOS-DE-ECONOMIA-SOLID%C3%81RIA-E-)

SUAS-PRINCIPAIS-CARACTER% C3% 8DSTICAS-SOCIOCULTURAIS.pdf>. Acesso em: 17 Out. 2014.

**O que é Economia Solidária.** Disponível em: <<http://cirandas.net/fbes/o-que-e-economia-solidaria>>. Acesso em: 28 Out. 2014.

PAIVA, Rodrigo Márcio Medeiros. **O Controle Social na Administração Pública:** Propostas para estruturar e estimular o seu desenvolvimento. Disponível em: <[https://bvc.cgu.gov.br/bitstream/123456789/2997/1/o\\_controle\\_social\\_na.pdf](https://bvc.cgu.gov.br/bitstream/123456789/2997/1/o_controle_social_na.pdf)>. Acesso em: 31 Out. 2014.

PIOVESAN, Armando; TEMPORINI, Edméa Rita. **Pesquisa Exploratória:** Procedimento metodológico para o estudo de fatores humanos no campo da saúde pública. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rsp/v29n4/10>>. Acesso em: 07 Dez. 2014.

Portal Baiano das Cooperativas. **História do cooperativismo.** Disponível: <<http://www.bahiaoperativo.coop.br/historia-do-cooperativismo>>. Acesso em: 14 Nov. 2014.

PROVINCIALI, Vera Lúcia Novaes *et al.* **A Graduação em administração sob a ótica discente:** Um estudo comparativo em instituições de ensino superior de Sergipe. Disponível em: <[http://www.regeusp.com.br/arquivos/v12n2art2\\_ult.pdf](http://www.regeusp.com.br/arquivos/v12n2art2_ult.pdf)>. Acesso em: 07 Dez. 2014.

SANTOS, Airá Manuel Santana dos. **Metodologia do Trabalho Científico.** Salvador: FTC EaD, 2010.

VARÃO, Carla; BATISTA, Cláudia; MARTINHO, Vânia. **Métodos de Amostragem.** Disponível em: <<http://www.educ.fc.ul.pt/docentes/ichagas/mi2/MetodosAmostragemT2.pdf>>. Acesso em: 07 Dez. 2014.